

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Conteúdo

Relatório do auditor independente	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstração dos resultados.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos resultados abrangentes.....	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado.....	14
Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis	
1 Contexto operacional	13
2 Principais políticas contábeis	14
3 Contrato de concessão.....	24
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	27
5 Aplicações financeiras vinculadas	28
6 Contas a receber	28
7 Impostos, taxas e contribuições	29
8 Partes relacionadas	32
9 Intangível (Consolidado).....	34
10 Empréstimos e financiamentos (consolidado)	37
11 Debêntures (Consolidado).....	39
12 Concessão de serviço público (Consolidado).....	41
13 Provisão para riscos (Consolidado).....	46
14 Provisão para provisão para perda de investimento	48
15 Receita diferida (Consolidado).....	48
16 Outros passivos (Consolidado)	49
17 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	49
18 Receita operacional líquida.....	50
19 Custos e despesas.....	50
20 Resultado financeiro	51
21 Informações por segmento	51
22 Plano de benefício de aposentadoria	51
23 Seguros.....	52
24 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros	52
25 Transação não caixa	56
26 Resultado por ação.....	56
27 Eventos subsequentes	57

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.
Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do **Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.** (“Companhia”) e sua controlada, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis consolidadas, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 138.279.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 979.774.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), apresentou um passivo a descoberto no montante de R\$ 3.046.396.000 (R\$ 2.909.117.000 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e que, naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante no consolidado em R\$ 1.592.170.000 (R\$ 1.709.398.000 em 31 de dezembro de 2021). A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saldos de contas vinculadas destinadas ao pagamento da outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 31 de dezembro de 2022, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas

demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Guarulhos, 23 de março de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:



37095C162BEC440...

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	951	274	456.147	248.011
Aplicações financeiras	5	-	-	791.033	747.330
Contas a receber	6	-	-	298.658	221.058
Estoques		-	-	11.559	11.686
Tributos a recuperar	7.a	36	35	63.855	38.928
Adiantamentos		-	-	9.485	7.077
Partes relacionadas	8	-	-	9	-
Total do ativo circulante		987	309	1.630.746	1.274.090
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	5	-	-	175.022	158.385
Contas a receber	6	-	-	12.490	9.855
Impostos diferidos ativos	7.b	-	-	867.080	787.619
Estoques		-	-	3.595	4.171
Tributos a recuperar	7.a	8	64	312.474	336.977
Partes relacionadas	8	-	-	38.557	36.449
Depósitos judiciais		-	-	28.539	27.183
Total do não ativo circulante		8	64	1.437.757	1.360.639
Imobilizado		-	-	1.612	1.884
Intangível	9	-	-	12.138.646	12.749.399
Total do ativo não circulante		8	64	13.578.015	14.111.922
TOTAL DO ATIVO		995	373	15.208.761	15.386.012

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE					
Fornecedores		26	9	70.803	50.334
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	352.531	322.347
Debêntures	11	-	-	144.955	129.849
Tributos a recolher	7.d	-	22	76.167	106.695
Obrigações com empregados e administradores		-	-	19.620	17.014
Concessão de serviço público	12	-	-	2.317.587	2.204.864
Receita diferida	15	-	-	55.326	25.413
Partes relacionadas	8	-	-	59.702	56.466
Adiantamentos de clientes		-	-	6.032	6.783
Outros passivos	16	-	-	120.193	63.723
Total do passivo circulante		26	31	3.222.916	2.983.488
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	1.717.656	2.047.212
Debêntures	11	-	-	465.320	536.209
Concessão de serviço público	12	-	-	12.402.606	12.521.796
Provisão para riscos processuais	13	-	8	39.598	37.882
Receita diferida	15	-	-	387.733	152.617
Dividendos a pagar	8	12.306	12.306	12.306	12.306
Provisão para passivo descoberto	14	1.547.880	1.477.544	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	7.022	3.619
Total do passivo não circulante		1.560.186	1.489.858	15.032.241	15.311.641
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Capital social	17.a	1.359.049	1.359.049	1.359.049	1.359.049
Prejuízos acumulados		(2.921.361)	(2.850.660)	(2.921.361)	(2.850.660)
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.095	2.095	3.095	2.095
		(1.559.217)	(1.489.516)	(1.559.217)	(1.489.516)
Participação dos não controladores		-	-	(1.487.179)	(1.419.601)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.559.217)	(1.489.516)	(3.046.396)	(2.909.117)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		995	373	15.208.761	15.386.012

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	-	-	2.333.463	1.602.775
Receita de construção	18	-	-	54.715	32.024
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(1.613.410)	(1.255.344)
Custo de construção	19	-	-	(54.715)	(32.024)
LUCRO BRUTO		-	-	720.053	347.431
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19	(377)	(163)	(131.108)	(69.235)
Equivalência patrimonial	14	(70.336)	(499.736)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	8	292	654.676	702.795
RESULTADO OPERACIONAL		(70.705)	(499.607)	1.243.621	980.991
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	20	31	15	253.530	91.401
Despesas financeiras	20	(27)	(20)	(1.702.342)	(2.229.923)
Total		4	(5)	(1.448.812)	(2.138.522)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES ANTES DOS IMPOSTOS		(70.701)	(499.612)	(205.191)	(1.157.531)
Imposto de renda e contribuição social	7.d	-	(23)	66.911	177.757
Corrente		-	(23)	(12.549)	-
Diferido		-	-	79.460	177.757
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(70.701)	(499.635)	(138.280)	(979.774)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(67.579)	(480.139)
Atribuível aos acionistas controladores		(70.701)	(499.635)	(70.701)	(499.635)
Prejuízo básico por lote de mil ações (R\$)	21	(0,000323)	(0,001168)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações (R\$)	21	(0,000323)	(0,001168)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.359.049	(2.351.025)	2.095	(989.881)	(939.462)	(1.929.343)
Prejuízo do exercício	-	(499.635)	-	(499.635)	(480.139)	(979.774)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.359.049	(2.850.660)	2.095	(1.489.516)	(1.419.601)	(2.909.117)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.359.049	(2.850.660)	2.095	(1.489.516)	(1.419.601)	(2.909.117)
Prejuízo do exercício	-	(70.701)	-	(70.701)	(67.578)	(138.279)
AFAC	-	-	1.000	1.000	-	1.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.359.049	(2.921.361)	3.095	(1.559.217)	(1.487.179)	(3.046.396)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(70.701)	(499.635)	(138.280)	(979.774)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(70.701)	(499.635)	(138.280)	(979.774)
Acionistas controladores	(70.701)	(499.635)	(70.701)	(499.635)
Acionistas não controladores	-	-	(67.579)	(480.139)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos impostos		(70.701)	(499.612)	(205.192)	(1.157.531)
Ajustes:					
Depreciações e amortizações		-	-	1.005.126	806.929
Baixa de imobilizado e intangível		-	-	1.240	49
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		-	-	(3.463)	(54.482)
Equivalência patrimonial		70.336	499.735	-	-
Provisão para riscos processuais		(8)	-	1.716	8.005
Apropriação receita diferida	15	-	-	(38.941)	(11.163)
Variações monetárias e encargos, líquidos		-	-	1.469.294	2.125.531
Reequilíbrio econômico financeiro		-	-	(786.772)	(1.607.449)
Realização de custo de captação de debêntures		-	-	959	959
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(76.772)	(21.580)
Estoques		-	-	704	(1.295)
Adiantamentos		-	-	(2.409)	(6)
Impostos a recuperar		55	1	(510)	16.542
Depósitos judiciais		-	-	(1.356)	(1.351)
Partes relacionadas		-	-	(2.116)	(18.719)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		17	-	11.711	3.574
Partes relacionadas		-	-	3.236	31.040
Obrigações com empregados e administradores		-	21	2.606	7.322
Impostos a recolher		(22)	(23)	(43.079)	2.947
Adiantamentos clientes		-	-	2.655	(13.777)
Outras obrigações e contas a pagar		-	(319)	56.469	8.260
Outorga variável	12	-	-	266.343	183.080
Pagamento da outorga variável	12	-	-	(183.077)	-
Receita diferida	15	-	-	729.561	841.043
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(323)	(197)	2.207.933	1.147.928
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	(241.043)	(240.138)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(323)	(197)	1.966.890	907.790
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		-	-	(108.752)	(661.705)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		-	-	250.049	67.389
Aquisição de intangível		-	-	(245.840)	(16.994)
Aquisição de imobilizado	9	-	-	(300)	(34)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		-	-	(104.843)	(611.344)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	(407.428)	(378.457)
Adiantamento para futuro aumento capital		1.000	-	1.000	-
Pagamento de outorga fixa	12	-	-	(1.247.483)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		1.000	-	(1.653.911)	(378.457)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		677	(197)	208.136	(82.011)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	274	471	248.011	330.022
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	951	274	456.147	248.011
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		677	(197)	208.136	(82.011)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

((Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma))

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	-	-	4.060.622	3.157.186
Receita operacional	-	-	3.286.549	2.257.356
Receita de construção	18	-	54.715	32.024
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.463)	54.482
Outras receitas	5.a	-	722.821	813.324
Insumos adquiridos de terceiros	(366)	(159)	(1.222.366)	(901.606)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(1.029.220)	(729.676)
Custo de construção	19	-	(54.498)	(32.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(366)	(159)	(138.648)	(139.906)
Valor adicionado bruto	(366)	(159)	2.838.256	2.255.580
Retenções	-	-	(1.004.937)	(806.767)
Depreciação e amortização	-	-	(1.004.937)	(806.767)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(366)	(159)	1.833.319	1.448.813
Valor adicionado recebido em transferência	(70.306)	(499.736)	253.530	91.401
Resultado de equivalência patrimonial	(70.337)	(499.736)	-	-
Receitas financeiras	20	31	253.530	91.401
Total do valor adicionado a distribuir	(70.672)	(499.895)	2.086.849	1.540.214
Distribuição do valor adicionado	(70.672)	(499.895)	2.086.849	1.540.214
Pessoal e encargos	-	-	99.158	93.357
Remuneração direta	-	-	67.891	64.415
Benefícios	-	-	26.640	24.224
FGTS	-	-	4.627	4.718
Impostos, taxas e contribuições	4	28	435.476	200.603
Federais	4	28	322.473	119.069
Municipais	-	-	113.003	81.534
Remuneração capital de terceiros	25	(288)	1.690.495	2.226.028
Juros	3	(17)	288.064	305.739
Atualização outorga	20	-	1.382.869	1.857.137
Outros	22	(271)	19.562	63.152
Remuneração de capital próprio	(70.701)	(499.635)	(138.280)	(979.774)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(67.579)	(480.139)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(70.701)	(499.635)	(70.701)	(499.635)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“Companhia” ou “GRUPAR”), cuja sede está localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, 3º andar - sala 307, foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”.

A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objetivo (i) exercer o controle de sociedade da Companhia do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia” ou “GRU AIRPORT”) de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos e do respectivo complexo aeroportuário; (ii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e (iii) participação em outras sociedades com atividades relacionadas ao objeto social, como acionista ou sócia-quotista.

A GRUPAR é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém 80% do capital da Companhia, sendo os outros 20% da *Airports Company South Africa Soc Limited* (“ACSA”).

A Companhia do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia” ou “GRU AIRPORT”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída por seus acionistas GRUPAR, com 51% das ações ordinárias, uma controlada do grupo INVEPAR, e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos.

O Governo Federal e a Companhia assinaram o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de Revisão Extraordinária, na forma prevista no Contrato de Concessão. Esse contrato de concessão prevê que a Companhia realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na Nota explicativa nº 14.

Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Companhia aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da Outorga Fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032. Esta medida garante, conforme planejamento da Companhia, caixa suficiente para cumprir com as obrigações de pagamento das Outorgas Fixas futuras (vide Nota explicativa nº 14).

Em dezembro de 2020, a GRU AIRPORT em consequência dos desdobramentos e continuidade da pandemia da COVID-19, aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide Nota explicativa nº 13, 2º Repactuação).

Em dezembro de 2021, em consequência da pandemia COVID-19, a Concessionária aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide Nota explicativa nº 14).

Pelos próximos 10 anos, a Companhia realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 31 de dezembro de 2022, a GRUPAR apresentou um prejuízo no montante de R\$ 138.279 (R\$ 979.274 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido de R\$ 961 na controladora e um capital circulante líquido negativo no consolidado de R\$ 1.592.170 (em 31 de dezembro de 2021 a controladora apresentou um capital circulante líquido de R\$ 278 e no consolidado foi de R\$ 1.709.398), e patrimônio

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 3.046.396 (R\$ 2.909.117 em 31 de dezembro de 2021).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a GRU *AIRPORT* gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Embora impactada pelos efeitos da pandemia a GRU *Airport* conseguiu manter as suas contas equilibradas fazendo frente ao pagamento das Outorgas no exercício de mais de R\$ 1,4 bilhão e ainda, podemos observar a melhora no resultado líquido em 86% em relação ao exercício anterior devido a melhora na receita operacional e no resultado financeiro.

1.2 Coronavírus (COVID-19)

Em 2022, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo na melhora do desempenho operacional em relação ao exercício do ano anterior impactado pela segunda onda de contaminação no primeiro semestre de 2021. Embora ainda seja observado os efeitos da pandemia do COVID-19 na recuperação da demanda, inclusive global, em relação ao ano de 2019, o cenário de 2022 é positivo comparado aos anos de 2020 e 2021.

2 Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas conforme a Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Companhia. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na Nota explicativa nº 24.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota explicativa nº 2.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.3 Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a GRUPAR e sua controlada GRU *Airport*, na qual a participação de GRUPAR é apresentada como segue:

	<u>% de participação da GRUPAR</u>	
	<u>Votante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
GRU AIRPORT	<u>51%</u>	<u>51%</u>

Controlada

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre GRUPAR e sua controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição da investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre controladora e controlada; e (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados da empresa consolidada.

O período da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na controladora e controlada.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Reconhecimento de receita

Uma receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços.

(a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, a Companhia pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamentos, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida quando os serviços de ampliação/melhoria da infraestrutura são finalizados e entram em operação.

A margem de construção é calculada a valor zero, e os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

2.5 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.6 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para perdas esperadas de créditos é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para as contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso a mais de 30 dias e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas futuras na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

2.8 Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicáveis. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.9 Investimento em controlada

O investimento da Companhia em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o prejuízo atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo sendo denominado “Provisão para passivo a descoberto”.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente e direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do Contrato de Concessão são registrados ao custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (“PAX”) estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência complementar, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO. Para os empregados admitidos pela Companhia o plano de previdência complementar oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.14 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.15 Tributação

As receitas de serviços, da Companhia, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Descrição	Sigla	Alíquota		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço Qualquer Natureza	ISS	5,00%	-	-

Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou o ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Companhia adota o regime da não cumulatividade.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.16 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis, tributários, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, administrativas e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.20 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.21 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.22 Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das Companhias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Companhia dentro do prazo do Contrato de Concessão.

A moeda funcional da Concessionária é o real (R\$).

2.23 Normas e interpretações revisadas e ainda não adotadas.

Durante o exercício de 2022, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das normas descritas abaixo. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

efetivos a partir do ano de 2023, tendo sido avaliados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia.

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) – 1º de Janeiro 2023;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement 2* – 1º de Janeiro 2023;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8) – 1º de Janeiro 2023;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) 1º de Janeiro 2023;
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture – alterações ao CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) 1º de Janeiro 2023.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas).

2.24 Reapresentação das cifras comparativas - DVA

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações contábeis e atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Companhia está reapresentando as cifras comparativas de 31 dezembro de 2021 da DVA em decorrência das seguintes reclassificações:

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		
		2022	DVA 2021	2021
		Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado*
Receitas		2.343.862	813.324	3.157.186
Receita operacional		2.257.355	1	2.257.356
Receita de construção	18	32.024	-	32.024
Reversões/(Perda) estimada em créditos de liquidação duvidosa		54.483	(1)	54.482
Outras receitas	5.a	-	813.324	813.324
Insumos adquiridos de terceiros		(162.640)	(738.966)	(901.606)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		(729.676)	-	(729.676)
Custo de construção	19	(32.024)	-	(32.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		599.060	(738.966)	(139.906)
Valor adicionado bruto		2.181.222	74.358	2.255.580
Retenções		(806.767)	-	(806.767)
Depreciação e amortização		(806.767)	-	(806.767)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		1.374.455	74.358	1.448.813
Valor adicionado recebido em transferência		90.052	1.349	91.401
Receitas financeiras	20	90.052	1.349	91.401
Total do valor adicionado a distribuir		1.464.507	75.707	1.540.214
Distribuição do valor adicionado		1.464.507	75.707	1.540.214
Pessoal e encargos		93.357	-	93.357
Remuneração direta		64.415	-	64.415
Benefícios		24.223	1	24.224
FGTS		4.719	(1)	4.718
Impostos, taxas e contribuições		126.246	74.357	200.603
Federais		44.708	74.361	119.069
Municipais		81.538	(4)	81.534
Remuneração capital de terceiros		2.224.678	1.350	2.226.028
Juros		305.739	-	305.739
Atualização outorga	20	1.857.138	(1)	1.857.137
Outros		61.801	1.351	63.152
Remuneração de capital próprio		(979.774)	-	(979.774)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		(480.139)	-	(480.139)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(499.635)	-	(499.635)

O Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração do resultado abrangente, Demonstração das mutações do patrimônio líquido e Demonstração dos fluxos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram impactados pelas reclassificações acima referidas.

3 Contrato de concessão

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- ▶ FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- ▶ FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- ▶ FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- ▶ FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017 e 2020 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Remuneração da Concessionária

Receitas tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	1	-	16.506	40.675
Aplicações financeiras				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	950	274	439.641	207.336
Total de caixa e equivalentes de caixa	951	274	456.147	248.011

As aplicações financeiras são representadas por produtos diversificados que incluem CDB de curto prazo e fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais do Tesouro Nacional com remuneração média de 104,3% do CDI (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021), investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5 Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	2022	2021
Aplicações financeiras		
Circulante		
Conta Pagamento / Reserva Outorga	791.033	747.330
Total circulante	791.033	747.330
Não circulante		
Conta Reserva	175.022	158.385
Total não circulante	175.022	158.385
Total de aplicação financeira	966.055	905.715

A empresa possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos das contas reservas outorga, permanecem aplicados, até a conclusão sobre o pedido de repactuação realizado pela Concessionária no ano anterior (vide Nota explicativa nº 12).

Os fundos são remunerados pela taxa média de 100,1% do CDI (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros	157.508	93.872
Armazenagem e capatazia	29.619	21.759
Receitas acessórias	197.495	187.928
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(85.964)	(82.501)
Total ativo circulante	298.658	221.058
Ativo não circulante		
Cessão de espaço	12.490	9.855
Total ativo não circulante	12.490	9.855
Total contas a receber	311.148	230.913

Em 31 de dezembro de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	Saldos vencidos						
				< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias	de 91 - 120 dias	de 121 - 150 dias	de 151 - 180 dias	> 180 dias
31 de dezembro de 2022	311.148	(85.964)	299.004	33.573	22.909	13.880	11.407	2.377	1.632	12.330
31 de dezembro de 2021	230.913	(82.501)	22.030	212.148	14.985	10.587	6.987	3.143	1.659	41.875

Em 31 de dezembro de 2022, as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são de R\$ 85.964 (R\$ 82.501 em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do período	(82.501)	(137.443)
Adições/Reversões	(12.076)	54.829
Baixa	8.613	113
Saldo no fim do período	(85.964)	(82.501)

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, dados históricos dos recebíveis, a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o ano corrente de 2022, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

7 Impostos, taxas e contribuições

(a) Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2022	2021
PIS e COFINS	37.860	33.251
IRRF	24.935	5.646
IRPJ e CSLL	1.060	31
Total circulante	63.855	38.928
IRPJ e CSLL	8	64
PIS e COFINS	312.466	336.913
Total não circulante	312.474	336.977
Total tributos a recuperar	376.329	375.905

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de IRRF apresentado, refere-se a rendimentos de aplicação financeira após a compensação de R\$ 9.364 de IRPJ apurado sobre lucro tributável em 2022.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Consolidado)

A Companhia, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2022 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	Consolidado	
	2022	2021
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.231.924	1.330.493
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	113.878	18.041
Total do ativo fiscal diferido	1.345.802	1.348.534
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão e margem de construção (*)	(433.994)	(479.644)
AVP - Amortização de outorga e reequilíbrio	(44.289)	(81.107)
Outros diferidos passivos	(439)	(164)
Total do passivo fiscal diferido	(478.722)	(560.915)
Impostos diferidos – Ativo	867.080	787.619

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$ 1.393.835 (R\$ 1.391.959 saldo em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais nos seguintes exercícios:

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Projeções de resultados tributáveis	Consolidado 2022
2024	28.536
2025	52.860
2026	73.433
2027 em diante	1.190.973
Total dos ativos fiscais diferidos	1.345.802
Total dos passivos fiscais diferidos	(478.722)
Total dos impostos diferidos	867.080

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

(c) Imposto de renda e contribuição social no resultado (Consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(205.190)	(1.157.533)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	69.765	393.561
Adições/Exclusões permanentes	(978)	(59)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(1.876)	(340.164)
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos	-	124.419
Total dos impostos no resultado	66.911	177.757
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.549)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79.460	177.757
Total dos impostos no resultado	66.911	177.757
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-33%	-15%

Durante o exercício de 2022 a Concessionária gerou um montante de R\$ 1.876 relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, os quais não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras por não estarem suportados pelas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia.

O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2022 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.393.835 (R\$ 1.391.959 em 31 de dezembro de 2021).

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Tributos a recolher

	Consolidado	
	2022	2021
PIS e COFINS	57.663	94.077
ISS	11.324	9.290
IRPJ e CSLL	3.185	22
INSS sobre terceiros	2.271	1.843
IRRF e CSRF	1.724	1.463
Circulante	76.167	106.695

8 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

As tabelas a seguir apresentam o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Consolidado							
2022							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
INFRAERO (i)	Respasse de receita / custo	Controlada	-	38.557	59.181	-	1.095
INVEPAR (ii)	Custo da folha / cessão de espaço	Controlada	9	-	521	-	87
INVEPAR	Dividendos	Controlada	-	-	-	11.074	-
ACSA	Dividendos	Acionista	-	-	-	1.232	-
Total			9	38.557	59.702	12.306	1.182

Consolidado							
2021							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita/Despesa
INFRAERO (i)	Respasse de receita / custo	Controlada	-	36.449	55.945	-	12.321
INVEPAR (ii)	Custo da folha	Controlada	-	-	521	-	-
INVEPAR	Dividendos	Controlada	-	-	-	11.074	-
ACSA	Dividendos	Acionista	-	-	-	1.232	-
Total			-	36.449	56.466	12.306	12.321

(a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Companhia e a Infraero possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação.
- (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Companhia.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em março de 2022, a Concessionária efetuou a compra de equipamentos de informática usados da empresa INVEPAR no valor de R\$ 277.

(b) Remuneração da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício da Companhia e sua controlada foi a seguinte:

Composição	Consolidado	
	2022	2021
Pró-labore	7.545	5.769
Encargos	1.491	1.118
Outros benefícios	708	953
Total	9.744	7.840

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022 para o exercício de 2022, é de R\$ 10.478.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da Administração totalizava R\$ 2.825 (R\$ 3.401 em 31 de dezembro de 2021).

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Intangível (Consolidado)

	Taxas anuais de amortização %	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Custo						
Software		25.168	-	-	1.152	26.320
Outorga fixa - concessão GRU		15.025.658	136.062	-	-	15.161.720
Investimento para concessão		4.362.201	4.803	(1.721)	53.563	4.418.846
Em andamento		10.616	254.089	(38)	(54.715)	209.952
		19.423.643	394.954	(1.759)	-	19.816.838
Amortização						
Software	20	(22.243)	(1.053)	-	-	(23.296)
Outorga fixa - concessão GRU	(a)	(5.107.739)	(745.300)	-	-	(5.853.039)
Investimento para concessão	(a)	(1.544.262)	(258.205)	610	-	(1.801.857)
		(6.674.244)	(1.004.558)	610	-	(7.678.192)
Intangível líquido		12.749.399	(609.604)	(1.149)	-	12.138.646

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais de amortização %	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Custo						
Software		24.639	-	-	529	25.168
Outorga fixa - concessão GRU		14.828.897	196.761	-	-	15.025.658
Investimento para concessão		4.326.333	4.448	(75)	31.495	4.362.201
Em andamento		22.636	20.004	-	(32.024)	10.616
		19.202.505	221.213	(75)	-	19.423.643
Amortização						
Software	20	(21.090)	(1.153)	-	-	(22.243)
Outorga fixa - concessão GRU	(a)	(4.554.215)	(553.524)	-	-	(5.107.739)
Investimento para concessão	(a)	(1.292.839)	(251.449)	26	-	(1.544.262)
		(5.868.144)	(806.126)	26	-	(6.674.244)
Intangível líquido		13.334.361	(584.913)	(49)	-	12.749.399

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota explicativa nº 12.

As adições no exercício referem-se ao projeto APM que se refere a elaboração de projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *Automated People Mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, e capitalização da atualização monetária da outorga fixa de R\$ 136.062 e R\$ 4.295 referente a juros sobre empréstimos e financiamentos.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para o período até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2023 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão).

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

(a) Composição da dívida

Credor	Tipo / Credor	Vencimento	Indexador	Encargos	2021	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	2022
						Principal	Juros			
BNDES	Finem Repasse Direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.646.982	(219.447)	(131.596)	142.426	-	1.438.365
BNDES	Finem Repasse Direto	dez/27	TJLP	0,00%	2.778	(397)	(151)	168	-	2.398
BNDES (a)	Finem Repasse Indireto	dez/27	TJLP	3,40%	711.935	(93.604)	(60.136)	60.261	4.295	622.751
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	7.864	(2.041)	(557)	1.407	-	6.673
Total dívida					2.369.559	(315.489)	(192.440)	204.262	4.295	2.070.187
Parcela do circulante					322.347					352.531
Parcela do não circulante					2.047.212					1.717.656

Credor	Tipo / Credor	Vencimento	Indexador	Encargos	2020	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	2021
						Principal	Juros			
BNDES	Finem Repasse Direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.856.612	(209.492)	(129.572)	129.434	-	1.646.982
BNDES	Finem Repasse Direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.167	(390)	(138)	139	-	2.778
BNDES (a)	Finem Repasse Indireto	dez/27	TJLP	3,40%	800.936	(88.928)	(59.612)	58.767	772	711.935
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	9.257	(1.751)	(640)	998	-	7.864
Total dívida					2.669.972	(300.561)	(189.962)	189.338	772	2.369.559
Parcela do circulante					297.842					322.347
Parcela do não circulante					2.372.130					2.047.212

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante capitalizado foi de R\$ 4.295 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2021).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2024	376.516
2025	410.765
2026 em diante	930.375
	<u><u>1.717.656</u></u>

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- A Companhia possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (ESA - *Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Companhia o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

11 Debêntures (Consolidado)

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª Série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª Série em 15 de junho, a 3ª Série em 15 de setembro e a 4ª Série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 9 (nove) parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das Notas Promissórias emitidas em 7 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente a 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal, que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 2021	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo Final 2022
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	323.724	42.079	(49.080)	(25.745)	-	290.978
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	346.227	41.721	(42.859)	(22.858)	-	322.231
Custo com emissão				(3.893)	-	-	-	959	(2.934)
Total				666.058	83.800	(91.939)	(48.603)	959	610.275

Parcela do circulante	129.849	144.955
Parcela do não circulante	536.209	465.320

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 2020	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 2021
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	333.142	58.021	(40.865)	(26.574)	-	323.724
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	348.463	58.397	(37.031)	(23.602)	-	346.227
Custo com emissão				(4.852)	-	-	-	959	(3.893)
Total				676.753	116.418	(77.896)	(50.176)	959	666.058

Parcela do circulante	102.671	129.849
Parcela do não circulante	574.082	536.209

Em 31 de dezembro de 2022, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 2.934 (R\$ 3.893 em 31 de dezembro de 2021).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2024	131.784
2025	212.563
2026 em diante	120.973
	465.320

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

12 Concessão de serviço público (Consolidado)

	2021	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamentos	2022
Outorga variável	183.077	266.343	-	-	-	-	(183.077)	266.343
Outorga fixa	1.983.354	-	196.338	19.318	1.430.411	(314.011)	(1.247.483)	2.067.927
(-) Reequilíbrio	38.433	(351.570)	(17.557)	-	-	314.011	-	(16.683)
Circulante	2.204.864	(85.227)	178.781	19.318	1.430.411	-	(1.430.560)	2.317.587
Outorga fixa	12.624.248	-	1.186.531	116.744	(1.430.411)	-	-	12.497.112
(-) Reequilíbrio	(102.452)	-	7.946	-	-	-	-	(94.506)
Não Circulante	12.521.796	-	1.194.477	116.744	(1.430.411)	-	-	12.402.606
Total	14.726.660	(85.227)	1.373.258	136.062	-	-	(1.430.560)	14.720.193

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

(b) Compensação de Outorga Fixa conforme Ofício 158/2022 ANAC.

	2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamentos	2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	-	183.077
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	-	1.983.354
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	-	38.433
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	-	-	2.204.864
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	-	12.624.248
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.504)	1.612	-	-	-	-	(102.452)
Não Circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	170.046	(1.334.494)	-	-	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-	-	14.726.660

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização de saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga Fixa conforme Decisão nº 191, nº 138 e nº 215 da ANAC.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Outorga Fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Companhia se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a Orientação Técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19 (vide Nota explicativa nº 1.1), houve a adesão à postergação do pagamento da Outorga Fixa e Variável da Companhia do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Repactuação da Outorga Fixa

Repactuação – Termo aditivo nº 006/2020

Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da COVID-19. Mediante esta alteração, a Companhia em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao Contrato de Concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Pleito de repactuação

Em 07 de dezembro de 2021, a Companhia protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme Portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Companhia impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar. (vide Nota explicativa nº 27)

Em 06 de julho de 2022, a ANAC protocolou apelação em face da referida sentença e apresentou pedido de efeito suspensivo à Apelação, ainda não apreciado até a presente data de divulgação desse relatório.

Em 15 de dezembro de 2022, a ANAC publicou o Ofício nº 158/2022/GERE/SRA, informando que o valor da contribuição fixa referente a 2021, encontra-se parcialmente quitada e suspensa a exigibilidade do pagamento remanescente, por meio de decisão judicial sujeita à revisão futura.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Outorga Variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em 11 de maio de 2022, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 183.077, referente a parcela de 2021.

Reequilíbrio econômico-financeiro – Cargas Importadas em trânsito

(Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016)

Em 30 de outubro de 2014, a Companhia protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO o no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

<u>Ano</u>	<u>Valor a ser deduzido</u>
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	<u><u>113.844</u></u>

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão nº 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico-financeiro – Novas exigências para alfandegamento.

(Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020)

Em 07 de março de 2019, a Companhia interpôs o pedido de revisão extraordinária do Contrato de Concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Companhia sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 06 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

<u>Ano</u>	<u>Valor a ser deduzido</u>
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

<u>Ano</u>	<u>Valor a ser deduzido</u>
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico-financeiro – COVID-19

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão.

(Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020)

O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Companhia compensou a parcela da Outorga Fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Companhia compensou o montante de R\$ 156.002 referente a Outorga Variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 89.079 foi deduzido da parcela da Outorga Fixa paga em 18 de dezembro de 2021.

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, o qual aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia da COVID-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devido as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Companhia passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633.

(Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021)

O valor do desequilíbrio verificado em 2021, corresponde ao montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. Em 30 de maio de 2022 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2021 o montante de R\$ 750.866. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da Outorga Fixa a pagar de 2021 com vencimento em 18 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 799.675. O saldo remanescente a recolher de R\$ 48.809 foi atualizado pelo IPCA e acrescido a parcela da Outorga Fixa de 2022.

(Decisão nº 563 da ANAC de 04 de novembro de 2022)

O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados dos meses janeiro a setembro de 2022 e projetados dos meses de outubro a dezembro de 2022. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da Outorga Fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 304.218 que será revisado no decorrer do ano de 2023 pela ANAC.

Reequilíbrio econômico-financeiro – Automated People Mover

(Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022)

Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. (vide Nota explicativa nº 16)

O projeto denominado APM – *Automated People Mover* terá o investimento relativos à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

(Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 16 de dezembro de 2022)

Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei 14.368 de 14 de Junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022 e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1.242 ao mês, atualizado pelo IPCA a valores de dezembro de 2020, para ser compensado da contribuição fixa.

13 Provisão para riscos (Consolidado)

A Companhia é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

Consolidado					
Natureza do risco	2021	Constituição	Reversões/ Pagamento	Atualização monetária	2022
Trabalhistas (a)	30.220	4.582	(8.931)	2.615	28.486
Cíveis (d)	6.330	709	(448)	1.271	7.862
Tributários (b)	54	7	(25)	2	38
Administrativos (c)	1.278	2.327	(614)	221	3.212
Total	37.882	7.625	(10.018)	4.109	39.598

Consolidado					
Natureza do risco	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2021
Trabalhistas (a)	25.775	11.910	(8.656)	1.191	30.220
Cíveis (d)	3.619	6.894	(4.456)	273	6.330
Tributários (b)	165	10	(124)	3	54
Administrativos (c)	310	1.597	(627)	(2)	1.278
Total	29.869	20.411	(13.863)	1.465	37.882

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Riscos possíveis - Valores não provisionados

Natureza do risco	Consolidado	
	2022	2021
Tributários (a)	659.511	605.611
Cíveis (b)	186.389	169.764
Administrativo (c)	6.644	40.965
Trabalhistas (d)	852	1.570
Total	853.396	817.910

(a) Riscos tributários

Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2022, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

(b) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Companhia, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

(c) Riscos administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Companhia figura no polo passivo.

(d) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 68,7% do total das contingências.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 28.539 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 27.183 em 31 de dezembro de 2021).

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14 Provisão para perda de investimento

Investida	Controle	2021	Participação da Invepar %	Equivalência patrimonial	2022
		Provisão perda de investimento			Provisão perda de investimento
GRU AIRPORT	Controlada	1.477.544	51%	70.336	1.547.880
		1.477.544		70.336	1.547.880

Investida	Controle	2020	Participação da Invepar %	Equivalência patrimonial	2021
		Provisão perda de investimento			Provisão perda de investimento
GRU AIRPORT	Controlada	977.808	51%	499.736	1.477.544
		977.808		499.736	1.477.544

O Investimento em GRU Airport, passou a ser uma provisão de perda, mensalmente a Companhia vem informando a INVEPAR sobre seu plano de negócio com a finalidade de recuperação de suas receitas e redução de custo para que esse cenário tenha uma melhora no decorrer de períodos futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, GRU Airport apresentou prejuízo no montante de R\$ 137.916 (R\$ 979.875 no período findo em 31 de dezembro de 2021), em 31 de dezembro de 2022, apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.593.137 (R\$ 1.709.681 em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 3.035.065 (R\$ 2.897.149 em 31 de dezembro de 2021).

15 Receita diferida (Consolidado)

	2021	Adição	Apropriação	Transferencias	2022
Cessão de espaço	11.256	500	(38.941)	68.210	41.025
Reequilíbrio *	14.157	413.650	(427.625)	14.119	14.301
Circulante	25.413	414.150	(466.566)	82.329	55.326
Cessão de espaço	67.191	315.411	-	(68.210)	314.392
Reequilíbrio	85.426	-	2.034	(14.119)	73.341
Não Circulante	152.617	315.411	2.034	(82.329)	387.733
Total	178.030	729.561	(464.532)	-	443.059

(*) A adição/apropriação no período refere-se principalmente ao reequilíbrio APM

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	2020	Adição	Apropriação	Transferencias	2021
Cessão de espaço	10.616	1.280	(11.163)	10.523	11.256
Reequilíbrio	10.441	793.992	(803.866)	13.590	14.157
Circulante	21.057	795.272	(815.029)	24.113	25.413
Cessão de espaço	75.080	2.634	-	(10.523)	67.191
Reequilíbrio	52.610	43.137	3.269	(13.590)	85.426
Não Circulante	127.690	45.771	3.269	(24.113)	152.617
Total	148.747	841.043	(811.760)	-	178.030

A receita diferida da Companhia está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico-financeiro.

16 Outros passivos (Consolidado)

	2022	2021
Contribuição Mensal (a)	120.106	62.939
Repasso PAN/PAT (b)	84	687
Repasso ao Tesouro Nacional (c)	3	97
Total	120.193	63.723

(a) A Contribuição Mensal, extinta a partir de janeiro de 2023 de acordo com a Lei 14.638 de 14 de junho de 2022, corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia, sendo a contrapartida registrada em contas a receber. Com a assinatura do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão o valor da arrecadação da Contribuição Mensal será para a compensação dos investimentos do projeto APM (vide Nota explicativa nº 13).

(b) O Repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.

(c) O Repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão. Em 01 de janeiro de 2021, o Repasse ao Tesouro Nacional foi extinto mediante Lei nº 14.034/20 que revogou a Lei nº 9.825/99.

17 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.359.049, dividido em 427.861.676.089 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital apresentava a seguinte composição:

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Capital Integralizado	Ações ordinárias	%
INVEPAR	1.087.239	342.289.340.871	80
ACSA	271.810	85.572.335.218	20
Total	1.359.049	427.861.676.089	100

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

18 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Receita com armazenagem e capatazia	1.071.547	865.970
Receitas de aeronaves e passageiros	1.069.372	639.726
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	1.145.630	751.660
Impostos, deduções e cancelamentos	(953.086)	(654.581)
Receita de serviços	2.333.463	1.602.775
Receita de construção	54.715	32.024
Receita total	2.388.178	1.634.799

19 Custos e despesas

	Consolidado	
	2022	2021
Depreciação e amortização	(1.004.937)	(806.767)
Outorga variável	(261.948)	(180.060)
Serviços de terceiros	(149.051)	(123.608)
Pessoal e encargos	(113.846)	(107.100)
Conservação e manutenção	(93.759)	(73.496)
Custo de construção	(54.715)	(32.024)
Energia elétrica	(52.611)	(38.623)
Contingências	(13.508)	(26.035)
Seguros e garantias	(11.912)	(11.756)
Consultoria e assessoria	(10.661)	(9.026)
Aluguéis e impostos	(7.868)	(9.244)
PECLD	(3.463)	54.482
Reequilíbrios econômicos-financeiros *	644.357	726.240
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.635)	(16.791)
	(1.144.557)	(653.808)
Custo de serviços prestados	(1.613.410)	(1.255.344)
Custo de construção	(54.715)	(32.024)
Despesas gerais e administrativas	(131.108)	(69.235)
Outras receitas (despesas) operacionais	654.676	702.795
	(1.144.557)	(653.808)

(*) Na rubrica está incluso o reequilíbrio COVID-19 líquido de impostos incidentes e demais reequilíbrios (vide Nota explicativa nº 12).

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	201.658	37.363
Juros ativos	39.963	18.204
Desconto obtido	775	726
Variações cambiais ativas	255	1.014
Variação monetária ativa	9	3
Outros	10.870	34.091
Total receitas financeiras	253.530	91.401
Despesas financeiras		
Atualização da outorga de GRU (*)	(1.382.869)	(1.857.137)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(204.262)	(189.338)
Juros sobre debêntures	(83.800)	(116.418)
Comissões e despesas bancárias	(3.796)	(2.691)
Variações cambiais passivas	(402)	(339)
Outros	(27.213)	(64.000)
Total despesas financeiras	(1.702.342)	(2.229.923)
Total resultado financeiro	(1.448.812)	(2.138.522)

* A variação é justificada pela atualização monetária sobre a outorga em decorrência da diminuição do IPCA no período.

21 Informações por segmento

A Administração da Companhia baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de *performance*.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

22 Plano de benefício de aposentadoria

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

23 Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade	Moeda	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Vencimento	
Riscos operacionais	BRL	1.742.350	24/05/2022	24/05/2023	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos.	USD	500.000	31/12/2022	31/12/2023	Starr International
Responsabilidade civil de proprietários e operadores - Excesso cargas de aeroportos.	USD	90.000	31/12/2022	31/12/2023	AXA Seguros S/A
Garantia de obrigações públicas.	BRL	835.197	04/06/2022	04/06/2023	Pottencial Seguradora/BMG
Seguro de frota.	BRL	600	24/05/2022	24/05/2023	Tokio Marine Seguradora
Aeronautico - Drones.	BRL	2.000	10/11/2022	10/11/2023	Mapfre

A Companhia tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2022 a maio de 2023 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a *Berkley International* do Brasil Seguros S.A.

24 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

Instrumentos Financeiros	Consolidado			
	2022		2021	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa (*)	456.147	-	248.011	-
Aplicações financeiras	966.055	-	905.715	-
Contas a receber	-	311.148	-	230.913
Partes relacionadas	-	38.566	-	36.449
Total do ativo	1.422.202	349.714	1.153.726	267.362

(*) O montante R\$ 438.690 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos públicos.

Instrumentos Financeiros	Consolidado			
	2022		2021	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Passivos				
Fornecedores	-	70.803	-	50.334
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	-	2.680.462	-	3.035.617
Dividendos	-	12.306	-	12.306
Concessão de serviço público	-	14.720.193	-	14.726.660
Obrigações com empregados e administradores	-	19.620	-	17.014
Total do passivo	-	17.503.384	-	17.841.931

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo e do custo amortizado

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	2022	Nível 1	Nível 2	Consolidado
				Nível 3
Caixa e equivalente de caixa	456.147	456.147	-	-
Aplicações financeiras	966.055	-	966.055	-
Total	1.422.202	456.147	966.055	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	2.070.187	-	2.070.187	-
Debêntures (*)	613.209	-	613.209	-
Concessão de serviço público	14.720.193	-	-	14.720.193
Total	17.403.589	-	2.683.396	14.720.193

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	2021	Nível 1	Nível 2	Consolidado
				Nível 3
Caixa e equivalente de caixa	248.011	248.011	-	-
Aplicações financeiras	905.715	-	905.715	-
Total	1.153.726	248.011	905.715	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	2.369.559	-	2.369.559	-
Debêntures (*)	669.951	-	669.951	-
Concessão de serviço público	14.726.660	-	-	14.726.660
Total	17.766.170	-	3.039.510	14.726.660

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

(b) Fatores de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

• Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, vide Nota explicativa nº 6.

• Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

2022	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	70.803	-	-	-	70.803
Empréstimos e financiamentos	529.288	1.030.616	1.017.918	-	2.577.822
Debêntures (*)	135.041	419.727	239.857	-	794.625
Concessão de serviço público	2.067.927	4.953.774	3.556.496	7.765.974	18.344.171
	<u>2.803.059</u>	<u>6.404.117</u>	<u>4.814.271</u>	<u>7.765.974</u>	<u>21.787.421</u>

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

2021	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	50.325	-	-	-	50.325
Empréstimos e financiamentos	515.890	1.092.069	1.327.304	309.359	3.244.622
Debêntures (*)	136.452	247.773	508.519	56.120	948.864
Concessão de serviço público	1.983.353	3.089.322	3.285.118	11.095.432	19.453.225
	<u>2.686.020</u>	<u>4.429.164</u>	<u>5.120.941</u>	<u>11.460.911</u>	<u>23.697.036</u>

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

(c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Companhia com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
GRU AIRPORT	CDB	DI	1.421.251	194.001	145.501	97.000
GRUPAR	CDB	DI	951	130	97	65
TOTAL			1.422.202	194.131	145.598	97.065

Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	Resultado		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
GRU AIRPORT	Concessão	IPCA	14.720.193	852.299	1.065.374	1.278.449
GRU AIRPORT	Empréstimos	TJLP	2.063.514	148.573	185.716	222.860
GRU AIRPORT	Arrendamentos	CDI	6.673	911	1.139	1.366
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	613.209	35.505	26.629	17.752
TOTAL			17.403.589	1.037.288	1.278.858	1.520.427

25 Transação não caixa

A Companhia no consolidado teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	2022	2021
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	4.295	772
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	136.062	196.761
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	8.758	4.639
Compensação outorga	314.011	1.079.651
	463.126	1.281.823

26 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras.

A Empresa não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Ordinárias	Ordinárias
Numerador básico / diluído		
Prejuízo de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(138.280)	(499.635)
Denominador básico / diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	427.861.676	427.861.676
Prejuízo básico / diluído por ação (R\$)	<u>(0,000323)</u>	<u>(0,001168)</u>

27 Eventos subsequentes

Decisão Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *